

CAPÍTULO 3

2º pilar: PRATICAR A VERDADEIRA JUSTIÇA

Um povo só se torna realmente justo quando conhece, de fato, o real significado da palavra justiça. Infelizmente, o princípio de justiça ainda não é bem compreendido pelo povo brasileiro. Isso ocorre porque a palavra *justiça* também é utilizada, pela Língua Portuguesa, para referir-se a órgãos do Setor Judiciário, (Justiça do Trabalho, Justiça Federal, Justiça Internacional, etc...). Essa duplicidade na linguagem ajuda a confundir os cidadãos menos esclarecidos. O cidadão comum precisa saber que justiça é, antes de tudo, um princípio de equidade, de igualdade proporcional; um princípio de sabedoria que deveria ser utilizado pelo Governo e principalmente pelo Poder Judiciário.

O povo brasileiro ainda não conhece adequadamente a importância social e econômica do princípio de justiça. A falta desse conhecimento tem produzido inúmeros equívocos e conseqüentes insatisfações em toda a sociedade. A maioria dos cidadãos conhece apenas duas situações: ser beneficiado ou ser prejudicado. Infelizmente, a Educação Brasileira não nos ensinou a discernir estes extremos e a adotar situações intermediárias. É no ponto médio, entre o benefício e o malefício, que encontramos o que é justo para todos.

Em linhas gerais, ser justo é não oprimir nem privilegiar, não menosprezar nem endeusar, não subvalorizar e tampouco supervalorizar. Ser justo é saber dividir corretamente sem subtrair e sem adicionar (sem roubar ou subornar). Ser justo é não se apropriar de pertences alheios e dar o correto valor a cada coisa e a cada pessoa. Ser justo é estabelecer regras claras sem dar vantagem para uns e desvantagem para outros. Ser justo é encontrar o equilíbrio que satisfaz ou sacrifica, por igual, sem deixar resíduos de insatisfação que possam resultar em desforras posteriores.

Nota importante: Para se fazer realmente justiça, o grau de satisfação final de ambas as partes precisa ser igual, mas a medida de cada parte pode ser diferente. Ao alimentar um adulto e uma criança, o tamanho do prato (a quantidade de comida) precisa ser diferente para que ambos fiquem igualmente alimentados (igualmente satisfeitos).

A ausência de uma boa educação, nesse sentido, tem propiciado comportamentos extremistas (ora omissos, ora violentos) por parte da maioria dos cidadãos brasileiros. Até pouco tempo, a maioria das pessoas preferia se calar mesmo diante das inúmeras explorações do nosso dia-a-dia. O maior problema, conseqüente desse tipo de comportamento surge com o decorrer do tempo. A falta de discernimento e de diálogo, para se estabelecer o que é justo e correto, faz o cidadão prejudicado se cansar de ser omissos e partir pra violência (ir direto ao outro extremo). Essas reações têm acontecido até mesmo entre parentes e vizinhos. Por isso, precisamos nos reeducar. Os cristãos, em especial, precisam ensinar o povo a discernir o que é justo e correto. Precisamos fazer com que os cidadãos não se tornem omissos e saibam estabelecer o diálogo ao perceber toda e qualquer injustiça. Se cultivarmos um padrão de comportamento realmente justo, ninguém acumulará motivos para se tornar infeliz, desleal, subornável ou violento.

Em todos os casos de injustiças (profissionais, comerciais, de relacionamento etc.) a pessoa prejudicada deve primeiramente ir até a pessoa injusta e lhe, pedir, que corrija a injustiça. Se não surtir efeito deve levar pelo menos uma outra pessoa para que também dê testemunho (reclame) daquela injustiça. Se, apesar disso, a pessoa injusta não se corrigir, aí então deve levar o caso ao conhecimento das autoridades competentes para que elas determinem a solução. É muito importante entendermos que primeiramente deve haver uma tentativa de diálogo simples e de diálogo com testemunhas (pessoas que também achem a mesma coisa), só depois destas tentativas é que o caso deve ser entregue às autoridades. (Ensinamentos de Jesus Cristo em S. Mateus cap. 18, vers. 15 a 17).

Por outro lado, as autoridades do Legislativo e do Judiciário precisam agir de forma justa e rigorosa, a fim de que o prévio diálogo, entre as partes conflitantes, seja estimulado e possa apresentar seus bons resultados. A maioria dos políticos brasileiros tem se equivocado na hora de

formular nossos direitos e deveres. Em geral, eles têm feito leis muito tendenciosas e beneficentes (querem passar por “bonzinhos”) quando, na verdade, deveriam ser apenas justos. O Legislativo deveria fazer leis para organizar e disciplinar e não para beneficiar ou prejudicar. Os legisladores deveriam agir de maneira totalmente imparcial (sem se inclinar para nenhum dos lados) em todas as questões sociais e econômicas. Os ensinamentos bíblicos ordenam que, *nem mesmo para favorecer ao pobre se distorça o que é justo*,¹ e que sempre se use o mesmo padrão de peso e de medida para qualquer pessoa, seja pobre, seja rico, seja analfabeto, doutor, mendigo, autoridade, etc. Os nossos políticos precisam entender que é a prática correta do, princípio de justiça, que produz a paz social viabilizando a prosperidade de forma ordeira e bem distribuída.

A ingenuidade das leis brasileiras

Toda lei, formulada de maneira tendenciosa, sem respeitar o princípio de justiça (do tipo beneficente), produz graves efeitos colaterais. Tais efeitos, como descrédito e desrespeito, resultam em desobediência, gerando desordem, estagnação e retrocesso social. Podemos confirmar este fato observando os sinais de trânsito. Se o sinal (semáforo) abre e fecha de forma realmente justa, sem beneficiar a nenhum dos lados, os motoristas respeitam e obedecem a esse sinal. Mas, se o sinal está com a contagem de tempo mal regulada, beneficiando a algum dos lados, a maioria dos motoristas o desrespeita e, mesmo sem má intenção, provocam desordem, engarrafamentos e até acidentes.

Assim acontece também com a maioria das nossas leis. Quando são injustas e tendenciosas elas são desrespeitadas, provocam desordem e ainda estimulam os mal-intencionados. Infelizmente, uma parte dos nossos políticos, principalmente da Esquerda, ainda não enxerga esta realidade. Na hora de formular leis eles gostam de fazer favores e de dar benefícios com o dinheiro alheio. Muitos deles se esquecem de que, quando dão “vantagens” a uma das partes, seja patrão, empregado, sem-terra, proprietário, inquilino etc., a outra parte fica em “desvantagem”.

¹ **Bíblia Sagrada** – Levítico, cap. 19, versículo 15. (Frase sintetizada em função das variações de vocabulário das várias traduções existentes no mercado).

Isso, conseqüentemente, produz indignação e estimula desforras e vinganças posteriores. A maioria dessas desforras leva ambas as partes ao prejuízo fazendo com que todos saiam perdendo.

Por outro lado, a lei e o juízo simplesmente justo, sem paternalismo e sem hipocrisia, conquista o respeito de todos beneficiando, de fato, a toda a sociedade. Somente a lei, realmente justa, que não tende para um lado nem para o outro, estimula os cidadãos a desenvolverem um padrão de comportamento isento de espertezas,² de explorações e de má fé. Isso, por sua vez, é muito bom para uma nação porque a esperteza, a exploração e a má fé, são técnicas ilusórias que têm vida curta e acidentada. As instituições governamentais, empresas privadas e negócios pessoais estabelecidos com injustiças, com espertezas, com explorações e com má fé, são comparáveis a construções sobre areia porque sempre desmoronam nos dias de tempestade (crises, pragas, acidentes, novas concorrências etc.). Mas, os negócios estabelecidos de forma justa, com justiça nos preços, nos salários, nos serviços, nos relacionamentos etc., são comparáveis a construções sobre rocha porque permanecem de pé, mesmo depois de grandes tempestades.

Podemos comprovar esta realidade fazendo simples observações à nossa volta. Mas temos que ser cautelosos e fazer comparações de médio e longo prazo. Avaliações muito imediatistas podem nos deixar confundidos também. Retorno, fácil e rápido, é o que atrai e confunde a maioria dos “*espertinhos*”.

Portanto, desenvolver o sentimento de justiça nos cidadãos brasileiros, ajudando-os a abandonar a omissão, a esperteza, a má fé, a ganância e outras técnicas de explorações, é prepará-los para resistirem às normais tempestades da vida. O modelo de conduta justo e correto torna a nação economicamente mais estável e conseqüentemente muito mais próspera. É mais barato e bem mais eficiente cultivar o sentimento

² **Esperteza** – A palavra esperteza vem sendo utilizada pela mídia brasileira com duas interpretações mais ou menos diferentes. Uma das interpretações é: uso mal-intencionado da inteligência (malandragens). A outra interpretação é: vivacidade e inteligência. Estes sentidos, quase opostos, eu considero uma insensatez que deveria ser corrigida para evitar problemas na educação infanto-juvenil. Por isso, neste livro, a palavra “esperto” e seus derivados são utilizados exclusivamente para indicar: segundas intenções, malandragens, jeitinhos e uso malicioso da inteligência.

de justiça, nos cidadãos brasileiros, do que tentar encabrestá-los com multidões de leis complexas e protecionistas na ilusão de que cegamente obedecerão a todas elas.

Outra questão importante é que na visão de alguns políticos as nossas leis são ótimas mas não são cumpridas. Isso, no entanto, é um grande engano. "*Toda árvore se conhece pelo fruto: se o fruto é bom, a árvore é boa, se o fruto é mau, é porque a árvore é má*", (palavras de Jesus Cristo).³ Portanto, não podemos julgar coisa alguma pela sua aparência ou pela sua intenção, mas temos que avaliá-las pelos seus resultados, pelas suas conseqüências. Logo, se uma lei produz boas conseqüências é porque ela realmente é boa. Mas se ela não produz resultado (ninguém as cumpre), ou se produz más conseqüências (revoltas etc.), é porque a lei é ruim mesmo que teoricamente aparente ser boa. O brasileiro precisa entender que o realmente importante são os resultados (os frutos). Por isso, não podemos confiar em aparências ou em simples teorias.

Até meados do século XX, o povo norte-americano tinha um profundo respeito pela sua Constituição. Naquela época ela era um conjunto de leis que, na prática, produzia ótimos resultados. O povo não a respeitava simplesmente porque era democrática ou porque tinha o nome de *Constituição*, mas a respeitava pelo fato concreto de produzir bons resultados.

No Brasil, algumas leis trabalhistas atuais, demasiadamente paternalistas e tendenciosas, chegam a ser cômicas se analisadas sob o ponto de vista do bom senso ou sob o ponto de vista dos resultados. Nas décadas de 80 e 90, alguns políticos “bonzinhos” criaram leis obrigando o empregador a pagar também as horas de descanso de seus funcionários – mas o resultado foi o oposto do desejado, o salário total começou a diminuir ano-após-ano. Depois, os “bonzinhos” criaram leis para dar estabilidade ao trabalhador (por meio de multas e indenizações de demissões) – e mais uma vez o resultado foi o oposto, o trabalhador acabou ficando desempregado ou subempregado. Esses resultados comprovam que quando não damos crédito ao que é realmente justo, e tentamos implantar políticas de benefícios e de vantagens, os resultados vão se tornando totalmente contrários com o decorrer do tempo. Só

³ **Bíblia Sagrada** – S. Mateus, cap. 7, v. 16 a 20 e cap. 12, v. 33

o que é estipulado de forma realmente justa, para todas as partes, permanece firme e produz bons resultados.

Um exemplo da ingenuidade brasileira, nesta área de leis, é o código de defesa do consumidor que, apesar de ser considerado um avanço, foi um avanço distorcido e aleijado. Se fosse elaborado segundo os princípios de justiça, seria “código dos direitos e deveres de comerciantes e consumidores”. As leis precisam dar, a ambas as partes, o mesmo tratamento para não produzirem efeitos colaterais imprevisíveis e indesejados. As pessoas que se sentem legalmente injustiçadas, acabam inventando formas sorrateiras para fazer sua própria justiça. E assim, a lei que deveria ser para disciplinar acaba provocando mais indisciplina. Em geral, a desobediência disfarçada (o famoso “jeitinho”) gera a necessidade de novas leis para “redisciplinar” o que a própria lei provocou. Este círculo vicioso, em forte crescimento no Brasil desde os anos 80 e 90, eu o chamo de “*inflação legislativa*”. Observe que quanto mais leis tendenciosas o país produz, menos valor elas têm.

Já a lei realmente justa, que apenas organiza e disciplina, sem beneficiar e sem defender nenhuma das partes, põe um ponto final nas questões permanecendo por muito e muito tempo.

Se observarmos o funcionamento da Natureza, vamos perceber que os legítimos direitos são conseqüências de deveres cumpridos. Na verdade, não existe direitos sem os respectivos deveres. Na agricultura, por exemplo, se desejamos o direito de colher temos que cumprir com o dever de plantar. Se não cumprirmos com este dever, certamente não haverá o que colher.

O exemplo acima pode ser óbvio demais, mas a sociedade brasileira tem cometido erros por demais óbvios também. Observe que todo código, só de direitos, é irreal, improdutivo e estimula “jeitinhos” e deslealdades. Portanto, em vez de códigos de defesa ou códigos de exploração, temos que elaborar *códigos de justiça*, códigos imparciais que reúnam o par, direitos e deveres, em cada área social. Precisamos semear justiça e solidariedade entre toda a sociedade. Inventar “direitos”, desenvolvendo conflitos e disputas entre cidadãos e instituições, não vai ajudar o Brasil a se desenvolver. O mais provável é que estimule as “espertezas”, as injustiças, corrupções etc...

O brasileiro precisa saber que os países que levaram a sério a educação cristã, considerando os verdadeiros princípios de justiça, são países conhecidos de todos e normalmente têm bons empregos para a maioria dos seus cidadãos. Inclusive, muitos desses países dão emprego a inúmeros imigrantes do mundo inteiro. No entanto, os países que não têm dado muito crédito ao ensino cristão, preferindo usar de espertezas e de filosofias próprias (filosofias atéias ou pagãs) vivem frequentemente em crises econômicas e com elevados índices de desemprego. O ideal é cada cidadão fazer sua própria pesquisa a respeito deste assunto. Observe os países ao redor do mundo e compare o tipo de educação, de cada país, com os resultados de prosperidade e de paz social que eles têm alcançado. (Não se esqueça que a cultura e a educação de qualquer povo normalmente se baseia na sua crença religiosa, ou descrença religiosa).

Os artistas brasileiros poderiam sair da contramão cultural e dar uma contribuição de melhor qualidade à nossa nação. Precisamos estimular os cidadãos a abandonarem a mania subdesenvolvida, de gostar de "levar vantagem em tudo", e cultivarem a mania, desenvolvida, de gostar de fazer e receber justiça em tudo. A sociedade precisa saber que a vantagem que se leva hoje se transforma no prejuízo de amanhã, mas a justiça que se pratica hoje se transformará no lucro de amanhã.

A população brasileira precisa compreender, também, que o princípio de justiça deve ser cultivado e exigido sempre e sempre, até nos centavos dos trocos, em supermercados, ônibus, pedágios etc... Não podemos deixar nenhum espaço para o surgimento e o crescimento das "espertezas" e da conseqüente proliferação dos injustos, dos demagogos, dos vigaristas e dos opressores.

Lembrete aos Juizes brasileiros

Os juizes precisam descobrir porque que nos países desenvolvidos costuma-se dizer que aqui, no Brasil, não existe justiça. Descubram, se manifestem e corrijam esta situação. Uma sociedade que deseja justiça, de forma social, ou seja, justiça que considere a todos como sócios de uma mesma nação, tem que saber que a violência realmente não produz

bons frutos, mas a omissão e a covardia, muito menos ainda. Portanto, antes de sair à procura dos violentos para encarcerá-los, é preciso encarcerar primeiro os enganadores, os injustos, os corruptos, os omissos e os covardes, para que os violentos, vendo uma luz de justiça no país, cessem as violências. As pessoas de bem, do Judiciário brasileiro, não podem se conformar em continuar submetendo o povo a leis elitistas, leis tendenciosas ou leis pagãs. Alguém precisa erguer a voz e incentivar a adoção de normas e leis justas e decentes no Brasil. Os juízes precisam entender que fazer críticas ao sistema não é pecado, aliás, toda crítica, verdadeira e sensata, é sempre construtiva e benéfica a qualquer sociedade.

Veja os demais capítulos em:

<http://renascebrasil.valvimdutra.com.br/livro-renasce-brasil.php>